

Como sair do impasse

Desejamos, há muitos meses, sair do impasse do Plano Real e dos círculos viciosos que em torno dele se estabeleceram. Mas há que evitar medidas corretivas simplistas e estudar e definir uma nova e realista estratégia de longo prazo. Antes de tudo convém ter presente a essência dos círculos viciosos que poderiam ser, em primeira aproximação, resumidos da forma a seguir:

1 – O primeiro, do qual o governo federal não conseguiu escapar, tem a seguinte configuração: cresce a dívida interna, aumentam as despesas com juros, cresce o déficit em conta corrente, recorre-se ao aumento da dívida, etc...

A situação é mais complicada do que esta apresentação esquemática. Mas o que dela resultou, em função do imobilismo na condução da política econômica, foi o crescimento explosivo da dívida interna, alimentado pela permanência de elevada taxa de juros, que só recentemente passou a ser reduzida. Nessas condições, a venda do patrimônio público foi sendo usada apenas para conter o crescimento da dívida. Se não for perdido muito mais tempo na quebra desse círculo o remanescente do patrimônio público vendável, embora já agora reduzido, poderá ainda ser elemento relevante na transição, como fator de contenção de um dos elos desse círculo vicioso, representado pela alta da dívida.

2 – Pelo lado externo armou-se outro círculo, da supervalorização do real e sustentado pelo déficit da balança comercial: cresce o déficit em conta corrente, aumenta a dívida externa ou a entrada de capital de risco, crescem os juros a remeter para o exterior e o déficit em conta corrente...

3 – Os dois círculos se interconectam por meio da taxa de juros, causa e efeito. As consequências negativas do círculo externo foram atenuadas, à nossa revelia, durante a passagem dos anos 98/99, que resultam na forte desvalorização do real. Os efeitos positivos foram menores do que poderiam porque a equipe econômica, pela sua fidelidade ao dogma da liberdade dos mercados, não havia

cogitado, nem cogitou, desde logo, a hipótese de uma intervenção oficial com medidas de estímulo às exportações.

Em todos esses domínios estamos realizando lentos, porém positivos progressos no sentido de, pelo menos, remover de forma duradoura distorções e obstáculos, há muitos anos instituídos e incrustados na nossa burocracia. Mas estamos também tomando iniciativas diversificadas, como a do recente Plano Plurianual, denominado "Avança Brasil" que, por mais bem elaborado, não passa de um plano de obras desejáveis mas não necessariamente defensável do ponto de vista econômico, nem compatíveis com as definições macroeconômicas de longo prazo, requeridas para que se alcance eficiente e sustentável retomada do desenvolvimento. A nossa grande falha em tudo isso foi a omissão. Não definimos estratégia de longo prazo. Nem contamos com uma estrutura capaz de elaborá-la.

O governo Collor desferiu golpe mortal na máquina administrativa do País. O que restou foi triturado por uma pseudo reforma administrativa que se ocupou exclusivamente em reduzir o quadro e os vencimentos do funcionalismo. Em direção oposta vem-se realizando, no primeiro e no atual mandato deste governo, por motivos predominantemente político-partidários, forte aumento de ministérios e secretarias de Estado, que dos 17 que existiam na década de setenta passaram a 34. Tornou-se difícil tanto a coordenação como qualquer tentativa de elaboração de planos de ação conjunta.

No entanto, e apesar de tudo, a formulação de uma estratégia de longo prazo, a ser institucionalizada no período restante de três anos do atual governo ainda me parece possível.

Há que considerar, nessa missão, a tarefa de definir diretrizes e de organizar estrutura capaz de transformá-las em uma estratégia

exequível. É essencial mobilizar limitado porém eclético grupo de pessoas, vinculadas ao mundo real da política, da economia, da ação social e das finanças. É indispensável que haja forte disciplina na coordenação para que possa ser alcançada a conciliação dos objetivos e instrumentos de ação que comporão essa estratégia. Se houver clima e disposição de formulá-la, pressuponho que o objetivo será a retomada de vigoroso crescimento econômico, com inflação sob controle.

As diretrizes fundamentais, de caráter essencialmente político, não de ser tomadas pelo presidente da República devidamente assessorado por seus auxiliares dire-

tos e alguns poucos consultores externos ao governo, especialmente convidados, constituindo uma pequena comissão de alto nível. Tendo em vista a destruição parcial da máqui-

O governo Collor desferiu o golpe mortal na máquina administrativa do País

na administrativa do governo federal, a dispersão de responsabilidades por um número excessivo de ministros e secretários de Estado, além da perda da tradição do planejamento, há que pensar na constituição de uma pequena força-tarefa. Esta seria composta de pessoas da equipe econômica do governo, que assegurem a continuidade do processo, e de pessoas experientes, de fora do governo atual, indispensáveis para arejar o ambiente confinado que se criou em Brasília. Essa força-tarefa teria o encargo de preparação dos documentos e propostas, sempre com alternativas a serem oferecidos para exame da comissão de alto nível. As reuniões anuais do Fórum Nacional têm demonstrado a possibilidade de discussões sérias e construtivas, desse tipo.

É de prever-se que o processo requeira aproximações sucessivas, com definição progressiva da própria estratégia, em um prazo que, em condições ideais, poderia ser de algumas semanas de dedicação exclusiva. A partir daí viria naturalmente o debate político.